

STJ00114934

CÁSSIO BENVENUTTI DE CASTRO

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DOS ESTADOS

LEI 9.099/95 CONJUGADA COM A LEI 12.153/2009

Londrina/PR
2022



THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

CASTRO, Cássio Benvenuti de .
**Juizados Especiais Cíveis dos
Estados: Lei 9.099/95 conjugada com
a Lei 12.153/2009 / Cássio Benvenuti
de Castro.**

– Londrina, PR: Thoth, 2022.

454 p.
Bibliografias: 447-454.
ISBN: 978-65-5959-335-4

1. Direito Processual. 2. Processo Civil. 3.
Juizados Especiais Cíveis. 4. Procedimento.
5. I. Título.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: O Autor

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tanífa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

1224792

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
PREFÁCIO	11
GRATIDÃO.....	13
ABREVIATURAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	29

PRIMEIRA PARTE

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ESTADUAL (LEI 9.099/95).....	33
---	----

CAPÍTULO 1

SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DOS ESTADOS..	35
1 Princípios informadores	38
1.1 Oralidade	38
1.2 Simplicidade	39
1.3 Informalidade.....	40
1.4 Economia processual.....	40
1.5 Celeridade	41
2 Princípios decorrentes da constitucionalização do processo	42
2.1 Juizados Especiais Peregrinos (adjunto, itinerante, virtual e processo eletrônico)	43
2.2 Autocomposição – meios adequados para a solução de litígios.....	44
2.3 A força persuasiva dos enunciados do FONAJE.....	47
2.4 O diálogo das fontes com o Código de Processo Civil.....	48
2.5 A cognição judiciária no procedimento sumaríssimo	50

CAPÍTULO 2

COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ESTADUAL..	51
1 O caráter opcional do Juizado Especial Cível Estadual.....	51

2 As causas excluídas da competência do Juizado Especial Cível.....	53
3 A cláusula geral da menor complexidade da demanda	56
4 O critério objetivo	58
4.1 A competência em razão do valor da causa (ratione valoris).....	59
4.1.1 A execução de títulos extrajudiciais no valor de até 40 salários mínimos.....	61
4.1.2 Litisconsórcio ativo e valor da causa.....	63
4.1.3 Os acréscimos monetários que fazem superar o valor de alçada (consectários da condenação, honorários sucumbenciais, astreintes e multa por ato atentatório à dignidade da justiça).....	63
4.1.4 As consequências da violação da regra sobre o teto de 40 salários mínimos (especialidade em relação ao regime processual civil).....	66
4.1.5 A competência para a ação anulatória de ato processualizado (art. 966, §4º, do CPC).....	68
4.2 A competência em razão do objeto (ratione materiae).....	74
4.2.1 As causas previstas no art. 275, II, do Código de Processo Civil de 1973.....	75
4.2.2 A ação de despejo para uso próprio.....	77
4.2.3 As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a 40 salários mínimos.....	78
5 O critério funcional.....	79
5.1 Embargos de terceiro.....	82
6 O critério territorial.....	83
6.1 O foro do domicílio do réu	84
6.2 O foro do local onde a obrigação deve ser cumprida.....	85
6.3 O foro do domicílio do autor ou do local do ato ou fato nas ações de indenização	86
6.4 O foro de eleição.....	87
7 O controle da competência dos Juizados Especiais Cíveis	88
7.1 A conexão e a continência	89
7.2 O conflito de competência.....	92

CAPÍTULO 3

SUJEITOS DO PROCESSO	95
1 As partes	95
1.1 A limitação à capacidade processual.....	97
1.2 A capacidade processual (pessoa física e pessoa jurídica).....	101

1.2.1 Em especial: o condomínio e o espólio.....	103
1.2.2 Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	107
1.2 A capacidade postulatória.....	113
1.2.1 A necessidade do advogado a depender do valor econômico da causa.....	113
1.2.2 A necessidade do advogado por questão de isonomia processual.....	114
1.2.3 O instrumento de mandato.....	115
1.3 O preposto	116
1.4 A presença pessoal nas audiências	116
2 As funções essenciais à Justiça.....	118
2.1 Juiz	119
2.1.1 Julgamento por equidade e julgamento com equidade.....	120
2.2 Ministério Público	121
2.3 Defensoria Pública	122
2.3.1 Segue: a assistência judiciária gratuita e o advogado.....	125
3 Os auxiliares da Justiça	125
3.1 Juiz leigo (funções e vedações).....	126
3.1.2 A condução das audiências.....	127
3.1.3 A condução do procedimento arbitral.....	128
3.1.4 O projeto de sentença.....	129
3.2 A conciliação e a mediação no Juizado Especial Cível Estadual ..	130
3.2.1 Conciliador.....	132
3.2.2 Mediador.....	132

CAPÍTULO 4

ATOS PROCESSUAIS	135
1 A publicidade dos atos processuais	135
2 O lugar (cooperação judiciária) e o horário da prática de atos processuais.....	136
3 O registro dos atos processuais e a conservação dos autos do processo	137
4 O regime de invalidade dos atos processuais	138
5 Os prazos (início da contagem e prazos em dias úteis).....	140
6 Os atos de comunicação processual	141
6.1 Citação.....	142
6.1.1 Citação real (mandado, correspondência ou meio eletrônico)....	144
6.1.2 Citação ficta (edital ou por hora certa).....	148

6.1.3 A citação por carta precatória.....	149
6.2 Intimação.....	150
6.2.1 A comunicação da mudança de endereço.....	153
6.2.2 A publicação das pautas de julgamento das Turmas Recursais..	154
7 Negócios processuais.....	154

CAPÍTULO 5

TUTELA PROVISÓRIA.....	157
1 Tutela provisória de urgência.....	158
1.1 Tutela provisória de urgência antecipatória	159
1.2 Tutela provisória de urgência cautelar.....	161
1.3 Impossibilidade da monitorização da tutela provisória de urgên- cia	162
2 Tutela provisória de evidência.....	162
3 A impugnação da tutela provisória (impugnação da decisão interlocutória em fase de cumprimento de sentença ou em execução). Em especial: cabimento do Mandado de Segurança.....	163

CAPÍTULO 6

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	171
1 Fase de conciliação	172
1.1 Pedido	173
1.1.2 Documentos que acompanham o pedido	174
1.1.3 Interpretação do pedido.....	175
1.1.4 Pedido genérico	176
1.1.5 Cumulação de pedidos e pedido alternativo.....	178
1.1.6 Valor da causa.....	180
1.1.7 Juízo de admissibilidade do pedido	181
1.1.8 Improcedência liminar e julgamento antecipado do pedido.....	182
1.1.9 Estabilização do pedido e da causa de pedir.....	185
1.2 Os meios de composição (conciliação, mediação e arbitragem).186	
1.2.1 Arbitragem.....	192
2 Fase de instrução e julgamento	193
2.1 Audiência de instrução e julgamento (procedimento e concentração das provas)	193
2.2 Resposta do demandado	195
2.2.1 Matéria da defesa (concentração das alegações e impugnação	

específica).....	196
2.2.2 Pedido contraposto.....	196
2.2.3 Revelia e seus efeitos processuais e materiais.....	198
2.2.4 Alegação do impedimento e da suspeição.....	199
2.2.5 Réplica.....	200
2.3 Atividade probatória	200
2.3.1 Meios de prova admissíveis (atipicidade).....	201
2.3.2 Ônus da prova e sua dinamização	202
2.3.3 Procedimento de produção das provas.....	206
2.3.4 Poderes instrutórios do juiz.....	207
2.3.5 Produção antecipada da prova (produção autônoma da prova).....	210
2.3.6 Prova oral (depoimento pessoal e prova testemunhal).....	211
2.3.7 Prova documental.....	214
2.3.8 Prova técnica.....	214
2.3.9 Inspeção de pessoas ou coisas.....	216
2.3.10 Prova emprestada.....	218
2.4 Alegações finais.....	219
2.5 Sentença.....	219
2.5.1 Dispensa do relatório (resumo dos fatos ocorridos em audiência).....	220
2.5.2 Fundamentação	221
2.5.3 Dispositivo (sentença líquida).....	223
2.5.4 Sentença parcialmente ineficaz.....	224
2.5.5 Projeto de sentença e autoridade da decisão	225
2.5.6 A intimação da sentença	225
2.6 Extinção do processo sem resolução do mérito	226
2.6.1 Ausência do autor em audiência.....	227
2.6.2 Inadmissibilidade do procedimento.....	228
2.6.3 Incompetência territorial.....	229
2.6.4 Impedimento superveniente.....	230
2.6.5 Demora na regularização do polo processual por ocasião do falecimento da parte.....	230

CAPÍTULO 7

RECURSOS E DEMANDAS AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO 233

1 Turma Recursal	235
1.1 Capacidade postulatória para atuar perante a Turma Recursal ...	236

1.2 Declaração de inconstitucionalidade incidente sem a cláusula de reserva de plenário.....	237
1.3 Impedimento ou suspeição.....	238
1.4 Teoria da causa madura	238
1.5 Não utilização da técnica do julgamento ampliado	238
1.6 Julgamento monocrático.....	239
1.7 A técnica remissiva em fundamentação.....	240
2 Recursos	240
2.1 Pressupostos intrínsecos	240
2.2 Pressupostos extrínsecos.....	241
2.3 Efeitos.....	242
3 Recursos em espécie	243
3.1 Recurso inominado	243
3.1.1 Cabimento e juízo de interposição.....	244
3.1.2 Tempestividade e preparo.....	246
3.1.3 Efeitos.....	248
3.1.4 Tutela provisória em sede recursal.....	248
3.1.5 Recurso inominado adesivo.....	249
3.1.6 Honorários sucumbenciais.....	249
3.2 Embargos de declaração	250
3.2.1 Cabimento e juízo de interposição.....	251
3.2.2 Tempestividade	252
3.2.3 Efeitos.....	253
3.2.4 Correção de erros materiais.....	254
3.2.5 Embargos com efeito modificativo.....	255
3.3 Agravo interno (cabimento e procedimento)	255
3.4 Agravo de instrumento.....	258
3.5 Recurso extraordinário	258
3.5.1 Cabimento.....	259
3.5.2 Procedimento.....	260
3.5.2 Agravo de destrancamento.....	260
4 Demandas autônomas de impugnação	261
4.1 Querela nullitatis.....	261
4.2 Ação rescisória.....	264
4.3 Ação anulatória (art. 966, §4º, do CPC).....	266
4.4 Mandado de segurança (cabimento).....	269
4.4.1 Competência para julgar mandado de segurança contra ato de ju-	

iz.....	271
4.4.2 Competência para julgar mandado de segurança contra ato da Turma Recursal	271
4.5 Reclamação.....	272
4.5.1 Honorários em reclamação.....	275
4.6 Incidente de resolução de demandas repetitivas	275

CAPÍTULO 8

EXECUÇÃO.....	279
1 Cumprimento de sentença (execução de título judicial).....	280
1.1 Competência (funcionamento cinestésico)	282
1.2 Sentença mandamental e cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.....	285
1.3 Sentença executiva e cumprimento de obrigação de dar ou entregar.....	286
1.4 Conversão da tutela específica em tutela pelo equivalente (perdas e danos)	288
1.5 Decisão que reconhece a exigibilidade da obrigação de pagar quantia e o regime de cumprimento do provimento (liquidez da obrigação é pressuposto da execução)	290
1.6 Defesa do devedor: os embargos à execução	294
1.7 Cumprimento provisório de sentença	297
2 Título executivo extrajudicial.....	298
2.1 Competência	300
2.2 Demanda	302
2.3 Audiência.....	303
2.4 Embargos à execução	304

CAPÍTULO 9

DESPESAS PROCESSUAIS.....	307
1 Acesso gratuito à Justiça	307
2 Preparo do recurso inominado.....	308
3 Gratuidade da justiça (ou condenação ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais).....	309
4 Sanção econômica por abuso processual.....	310

SEGUNDA PARTE

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (LEI 12.153/2009).....	313
--	-----

CAPÍTULO 1

A LEI 9.099/95 CONJUGADA COM A LEI 12.153/2009	315
1 Compromisso de sistema	316
2 Autocomposição como epicentro do sistema.....	317
3 Juizado Especial da Fazenda Pública.....	318

CAPÍTULO 2

COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA.....	321
1 O caráter obrigatório do Juizado Especial da Fazenda Pública.....	321
2 As causas excluídas da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública	324
3 A cláusula geral da menor complexidade da demanda.....	328
4 O critério objetivo.....	331
4.1 Litisconsórcio ativo e valor da causa	333
4.2 Parcelas vincendas.....	333
4.3 As consequências da violação da regra sobre o teto de 60 salários mínimos	336
5 O critério funcional.....	339
6 O critério territorial.....	341
7 O controle da competência dos Juizados Especiais Cíveis.....	343
7.1 A conexão e a continência	345
7.2 O conflito de competência	347

CAPÍTULO 3

SUJEITOS DO PROCESSO	349
1 A parte autora	349
1.1 O incapaz (capacidade de estar em juízo).....	350
1.2 A capacidade postulatória	353
2 A parte demandada. Em especial: o princípio da aderência	353
2.1 O advogado da parte demandada	356
3 A presença pessoal das partes nas audiências	357
4 Ministério Público.....	358

5 Auxiliar da Justiça: o conciliador (previsão formal de atuação do juiz leigo)	358
---	-----

CAPÍTULO 4

ATOS PROCESSUAIS	361
1 Petição em processo eletrônico.....	361
2 Citação e intimação	362
3 Prazos processuais sem privilégio à Fazenda Pública	365
4 A perigosa Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça	366

CAPÍTULO 5

TUTELA PROVISÓRIA	369
1 As ressalvas da Lei 8.437/92 e da Lei 9.494/97 à tutela provisória contra o Poder Público	372
2 A impugnação da tutela provisória	374
3 A tutela provisória da saúde	377
4 A efetivação da tutela provisória	380

CAPÍTULO 6

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	383
1 Procedimento estruturado em audiências (possível unificação das audiências).....	383
2 Apresentação de documentos pertinentes ao caso	384
3 Os movimentos do demandado (contestação, contrapedido e revelia)	385
4 Réplica	387
5 Audiência de instrução presidida pelo Juiz de Direito.....	388
6 Prova pericial.....	388
7 Sentença (líquida ou com a fixação dos critérios para a liquidação).....	390

CAPÍTULO 7

RECURSOS E DEMANDAS AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	395
1 Turma Recursal	395
2 Não cabimento do reexame necessário.....	395
3 Recursos em espécie	396
3.1 Recurso inominado contra sentença	396

3.2 Embargos de declaração	399
3.3 Recurso contra a decisão em tutela provisória.....	402
3.4 Agravo interno	406
3.5 Recurso extraordinário e agravo de destrancamento.....	408
3.6 Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL)	412
3.6.1 Turma de Uniformização de Jurisprudência.....	413
3.6.2 Cabimento	416
3.6.3 Técnica processual de gestão de casos repetitivos.....	417
4 Demandas autônomas de impugnação	418
4.1 Querela nullitatis.....	418
4.2 Ação rescisória	419
4.3 Ação anulatória (art. 966, §4º, do CPC).....	420
4.4 Mandado de segurança (cabimento).....	420
4.5 Reclamação	420

CAPÍTULO 8

EXECUÇÃO.....	423
1 Cumprimento de sentença (execução de título judicial).....	424
1.1 Competência (funcionamento cinestésico e princípio da aderência)	426
1.2 Sentença mandamental e cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.....	428
1.3 Sentença executiva e cumprimento de obrigação de dar ou entregar.....	430
1.4 Conversão da tutela específica em tutela pelo equivalente	432
1.5 Decisão que reconhece a exigibilidade da obrigação de pagar quantia e o regime de cumprimento do provimento	434
1.5.1 A liquidação da conta em execução e a intimação para eventualmente impugnar.....	436
1.5.2 Expedição de precatório ou de requisição de pequeno valor ...	436
1.5.3 Vedação ao fracionamento para fins de dispensa do precatório (renúncia parcial do crédito para fins de pagamento pela modalidade da RPV).....	438
1.5.4 Reserva de honorários sucumbenciais.....	439
1.5.5 Reserva de honorários contratuais.....	440
1.5.6 Descumprimento do prazo de pagamento da RPV.....	441
1.6 Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda	

Pública	442
1.7 Defesa por impugnação ao cumprimento da sentença	443
1.8 Cumprimento de sentença pelo regime da Lei 9.099/95.....	445
2 Execução de título executivo extrajudicial.....	445
REFERÊNCIAS.....	447